

## Protocolo 049/2024

---

**De:** ANTONIO MAYRINK BORDONI  
**Para:** SE-DCON-CPR - Contratos de Programa e Rateio  
**Data:** 31/01/2024 às 17:12:55

**Setores (CC):**

SE-DCON-CPR

**Setores envolvidos:**

SE-DCON-CPR

### Contrato de Programa - UTI - Móvel

---

**Município\*:**

Piedade de Ponte Nova

**CNPJ\*:**

18.316.257/0001-12

**Setor\*:**

Licitação

**Nome do Solicitante\*:**

Tássio José Moreira de Souza

**Telefone\*:**

31 3871 5203

---

Boa tarde. Segue em anexo contrato referente à serviços públicos de remoções de pacientes em UTI móvel.

Grato.

**Anexos:**

Piedade\_contrato\_programa\_2024\_UTI\_MOVEL\_10\_.pdf



**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**  
**CNPJ=18.316.257/0001-12**  
**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**  
**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**  
**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



## CONTRATO

### TERMO DE CONTRATO DE PROGRAMA QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PIEDADE DE PONTE NOVA E O CONSÓRCIO CISAMAPI.

Contrato n° 006/2024

O MUNICÍPIO de **PIEADA DE PONTE NOVA**, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **Antônio Mayrink Bordoni**, denominado de agora em diante MUNICÍPIO e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA, neste ato representado pelo Presidente do Consórcio **CISAMAPI**, Exmo. Sr. Prefeito Municipal, de Ponte Nova Sr. **Wagner Molpe Guimarães**, denominado de agora em diante CONSÓRCIO, em observância às disposições da Lei nº 11.107/2005 e Lei nº 14.133/2021 resolvem celebrar o presente termo de contrato, **decorrente do Processo Licitatório nº 004/2024 Dispensa nº 003/2024** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a delegação do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, mediante transferência parcial, para manutenção dos serviços públicos de remoção de pacientes em UTI Móvel.
- 1.2. Na forma do item 1.1, constituem objeto do presente instrumento a transferência dos seguintes encargos de gestão do programa denominado “Remoção de pacientes em UTI Móvel”.
- 1.3. Os serviços públicos delegados e respectivos encargos, indicados nos itens 1.1 e 1.2, serão geridos pelo CONSÓRCIO mediante delegação conferida pelo Município, inclusive quanto a execução orçamentária que será descentralizada no Consórcio.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

2.1 O objeto do presente contrato de programa será executado pelo CONSÓRCIO em razão da delegação/transferência realizada em conformidade com o art. 13 da Lei nº 11.107/2005 c/c o art. 30 do Decreto nº 6.017/2007 e art. 75, inciso XI da Lei nº 14.133/2021 e deliberação da Assembleia Geral do CONSÓRCIO em 11/08/2023, que mediante resolução, autorizou a atuação do CONSÓRCIO no objeto do presente instrumento.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 3.1 O presente contrato de programa será regido pelas seguintes normas:
  - 3.1.1 Lei nº 4.320/64;
  - 3.1.2 Lei nº 8.080/90
  - 3.1.3 Lei 11.107/05;
  - 3.1.4 Lei nº 14.133/2021, art. 75, inciso XI, art. 89 e ss. e art. 184;
  - 3.1.5 Decreto nº 6.017/05, art. 30;
  - 3.1.6 Portaria STN nº 274/2016;
  - 3.1.7 Consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI;
  - 3.1.8 Estatuto consolidado do CONSÓRCIO;

Assinado por 4 pessoas: ANTONIO MAYRINK BORDONI, BRUNO CRISTINA ABERGARIA LOPES MARCELO, WAGNER MOLPE GUIMARÃES e SECRETARIA DE SAÚDE DE PIEDADE DE PONTE NOVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/C7F1-547E-2025-12CF> e informe o código C7F1-547E-2025-12CF





#### 4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 O contrato de programa adotará o regime de execução na forma de gestão associada mediante delegação de atribuições e competências do MUNICÍPIO e a transferência de encargos, indicados na cláusula primeira.

4.2 O CONSÓRCIO, no exercício das competências delegadas e encargos transferidos realizará a respectiva execução de forma direta, por intermédio de empregados públicos e bens e equipamentos próprios, ou ainda de forma indireta adotando, para tanto, as modalidades de licitação e procedimentos auxiliares previstos na Lei n° 14.133/2021, preferencialmente, os procedimentos auxiliares de registro de preços e/ou credenciamento.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR E FORMA DE TRANSFERÊNCIA

5.1 O valor total do presente contrato é de **R\$ 36.000,00** (trinta e seis mil reais), observados os seguintes valores:

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÕES DE PACIENTES EM UTI MÓVEL				
Parcelas: 24				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE (MÊS)	VALOR DA PARCELA	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÕES DE PACIENTES EM UTI MÓVEL	24	R\$ 1.500,00	R\$ 36.000,00
				<b>R\$ 36.000,00</b>

5.2 O pagamento dos recursos financeiros indicados no item 5.1 será efetivada excepcionalmente no mês de janeiro no dia 25 (vinte e cinco) e posteriormente, todo o dia 10 (dez) de cada mês a partir de fevereiro incorrendo a referida data em dia não útil será transferida para o primeiro dia útil seguinte, observado cronograma de desembolso abaixo:

Parcela	Data	Valor transferência
01	31 de janeiro	R\$ 1.500,00
02 a 24	Dia 10 de cada mês	R\$ 1.500,00

5.2.1 O pagamento será efetivado através de cobrança bancária na forma de débito em conta.

5.2.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização do pagamento, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados 05 dias úteis de atraso, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO que somente serão retomados após regularização do pagamento, sem prejuízo das demais cominações previstas neste instrumento e na legislação.





**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**  
**CNPJ=18.316.257/0001-12**  
**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**  
**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**  
**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



regente.

5.3 O reajustamento de preços ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses e será apurado mediante aplicação do IPCA do saldo remanescente a executar do contrato.

5.4 A repactuação do contrato ocorrerá na hipótese de necessidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato conforme cláusula décima segunda.

5.5. Os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO, previstos no item 5.1, que ao final do exercício não tenham sido utilizados serão restituídos ao MUNICÍPIO até o último dia útil do mês seguinte ao término da vigência do contrato.

5.5.1 A restituição e/ou devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a restituição/devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de programa.

5.5.2. As disposições dos itens 5.5 e 5.5.1 não se aplicam a eventual saldo financeiro de recursos destinados às despesas de gestão e remuneração do CONSÓRCIO.

5.6. As receitas oriundas da aplicação financeira dos recursos transferidos do item 5.1 e as receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF serão destinadas ao Consórcio, em atendimento a cláusula 41 incisos XIV e XV da consolidação de contrato de consórcio do CISAMAPI.

5.6.1. Para fins de contabilização das receitas indicadas no item 5.6, serão adotados os seguintes procedimentos:

5.6.1.1 O IRRF e a aplicação financeira, no âmbito deste contrato de programa, serão contabilizados como receita extra orçamentária;

5.6.1.2. Posteriormente, será informado ao Município o valor correspondente da receita apurada no item 5.6.1.1, para fins de contabilização no Município como receita orçamentária;

5.6.1.3. Cumprida a etapa do item 5.6.1.2, o Município formalizará uma despesa orçamentária vinculada ao contrato de rateio anual mantido entre o CISAMAPI e Município, considerando valor estimativo previamente lançado para esta finalidade no referido contrato de rateio;

5.6.1.4. Cumprida a etapa do item 5.6.1.3 o CISAMAPI providenciará o lançamento do IRRF e rendimento de aplicação financeira previsto no item 5.6.1 como receita orçamentária vinculada ao contrato de rateio anual firmado.

5.6.1.5. Eventual saldo financeiro do rateio, decorrente das receitas indicadas no item 5.6.1 serão transferidas e vinculadas ao fundo de natureza contábil do CISAMAPI destinado a realização de investimentos;

5.6.1.6. As operações descritas no item 5.6.1 e subitens 5.6.1.1 a 5.6.1.4 possuem caráter exclusivamente orçamentário, devendo serem realizadas somente no âmbito orçamentário, sem qualquer realização de movimentação financeira.

Assinado por 4 pessoas: ANTONIO MAYRINK BORDONI, BRUNO TRIPA ALBERGARIA LOPEZ MARCELO, WAGNER MULL GUIMARÃES e SECRETARIA DE SAÚDE DE PIEDADE DE PONTE NOVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/C7F1-547E-2025-12CF>





**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**  
**CNPJ=18.316.257/0001-12**  
**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**  
**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**  
**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



5.6.2. As operações de apuração e cumprimento das etapas indicadas nos itens 5.6.1 serão realizadas nos meses de julho e dezembro de cada ano.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto n° 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que serão adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS**

6.1 O presente contrato de programa irá vigorar no período compreendido entre sua assinatura e até 31/12/2025, observado o disposto no item 6.1.1 quanto aos efeitos da delegação das competências objeto deste instrumento.

6.1.1. Para fins de aplicação do disposto no inciso III do §2° do art. 13 da Lei 11.107/05 importará na delegação das competências e a transferência dos encargos descritos na cláusula primeira deste instrumento com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, marco temporal a ser considerado na execução do objeto e dos deveres relativos à sua continuidade, ficando ratificados e convalidados todos os atos praticados a partir da referida data.

6.2. Os prazos de execução referentes à delegação de competências e transferências de encargos ao CONSÓRCIO observará o respectivo regulamento do CONSÓRCIO aprovado pela Assembleia Geral, parte integrante do presente contrato.

6.3 A liquidação e pagamento de despesa ocorrerá no âmbito da execução orçamentária (ordenação liquidação das despesas) vinculadas ao CONSÓRCIO, a ser consolidada, na condição de administração indireta do Município, da execução orçamentária do MUNICÍPIO.

6.4. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é autorizada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 6.1, observado o disposto nos arts. 105 a 114 da Lei n° 14.133/2021.

6.5. Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de resposta aos pedidos de repactuação de preços e/ou de restabelecimento do equilíbrio-econômico-financeiro previstos, respectivamente, nos incisos X e XI do art. 92 da Lei n° 14.133/2021.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

7.1 A despesa decorrente da execução do objeto para o presente exercício financeiro correrá a conta da seguinte dotação orçamentária no âmbito do CONSÓRCIO:

010201103020003201233903900

7.2 A despesa executada pelo CONSÓRCIO será objeto de consolidação no MUNICÍPIO na seguinte dotação orçamentária:



**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**

**CNPJ=18.316.257/0001-12**

**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**

**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**

**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 14 Diárias - Civil Ficha 0477 SAUDE Fonte 102 | 730,00| 0.002

02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 30 Material de Consumo Ficha 0478 SAUDE Fonte 102 | 56.250,00| 0.200

02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 33 Passagens e Despesas com Locomoção Ficha 0479 SAUDE Fonte 102 | 4.950,00| 0.018

02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Ficha 0480 SAUDE Fonte 102 | 1.800,00| 0.006

02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Ficha 0481 SAUDE Fonte 102 | 531.510,00| 1.965

02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 40 Serv. Tecnol. Inform. e Comunicação - P. Jurídica Ficha 0482 SAUDE Fonte 102 | 3.810,00| 0.014

02 08 02 10 301 0003 2. 046 3372 92 Despesas de Exercícios Anteriores Fonte 0483 SAUDE Ficha 102 | 80,00| 0.000

02 08 02 10 301 0003 2. 046 4472 52 Equipamentos e Material Permanente Ficha 0486 SAUDE Fonte 102 | 8.120,00| 0.030

7.3 O MUNICÍPIO consignará em sua lei orçamentária anual ou em créditos adicionais, por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público para os exercícios financeiros seguintes, durante toda a vigência do contrato, devendo discriminar as transferências a consórcio público, quanto à natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme definido na Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001.

7.4 O orçamento do CONSÓRCIO deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação por função, programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos.

7.4.1 A classificação por função e por grupo de natureza de despesa do consórcio público deverá observar a classificação do ente consorciado transferidor, conforme item 7.3.

7.4.2. As receitas de transferências recebidas pelos consórcios públicos em virtude do contrato de programação deverão ser classificadas em códigos de fonte/destinação de recursos, que reflitam as finalidades da transferência, devendo o CONSÓRCIO registrar a execução orçamentária da despesa nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

7.4.3. Anualmente deverá ser adotada a providência prevista no art. 106, *caput*, inciso II da Lei 14.133/2023.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

8.1. Realizar a gestão associada das competências delegadas e encargos transferidos na forma prevista na cláusula primeira.

Assinado por 4 pessoas: ANTONIO MAYRINK FERREIRA, BRUNARITA ALBERGARIA LOPEZ MARCELO, WAGNER MOURA GUIMARÃES e SECRETARIA DE SAUDE DE PIEDADE DE PONTE NOVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/C7F1-547E-2025-12CF>







**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**  
**CNPJ=18.316.257/0001-12**  
**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**  
**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**  
**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



- 8.2. Realizar a fiscalização da execução do objeto deste contrato;
- 8.3 Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;
- 8.4. Publicar o extrato deste contrato de programa;
- 8.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005 mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de programa.
- 8.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores e Portaria GM/MS nº 2567/2016;
- 8.7 Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas nos itens 8.5 e 8.6 até quinze dias após o encerramento do período de referência.
- 8.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:
- o orçamento do CONSÓRCIO;
  - o contrato de programa, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
  - as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
  - o Relatório de Gestão Fiscal
  - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- 8.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços de remoções de pacientes em UTI móvel, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.
- 8.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- 9.1. Promover, mediante ato específico, a delegação das competências e transferência dos encargos descritos na cláusula primeira;
- 9.2. Garantir o fiel cumprimento do disposto nos itens 5.2 e 5.2.1; 5.9; 7.3;
- 9.3. Realizar os pagamentos em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 9.4. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de programa;
- 9.5. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 9.6. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.



**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**  
**CNPJ=18.316.257/0001-12**  
**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**  
**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**  
**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



9.7. Atender e suportar os encargos específicos do programa/objeto delegado, inclusive cessão de pessoal, equipamentos e outros encargos diretos e/ou indiretos;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES E RESCISÃO**

10.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

10.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

10.3. As rescisões observarão o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, consignando-se que a obrigação contida na efetivação da transferência prevista 5.1 para todo o exercício financeiro mesmo na hipótese de rescisão antecipada do contrato, hipótese em que o valor remanescente deverá ser integralmente transferido em parcela única como condição para a formalização da rescisão.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

11.1. Durante a vigência deste termo a gestão do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sra. Bruna Rita Albergaria Lopes Marcelo, Contadora e ao empregado do Município Leila Martins da Veiga, Secretária Municipal de Saúde.

11.2 A execução do objeto deste contrato será planejada, acompanhada, fiscalizada e regulada pelo MUNICÍPIO e pelo CISAMAPI, competindo ao servidor público Leila Martins da Veiga Soares a fiscalização em nome do MUNICÍPIO e ao servidor público Viviane Cordeiro de Oliveira a fiscalização em nome do CISAMAPI

11.3. Na execução deste contrato deverá ser observado o disposto no art. 13, §3º da Lei nº 11.107/2005.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E MATRIZ DE RISCO**

12.1 O presente instrumento poderá ser alterado na forma e hipóteses constantes do art. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, excluída a hipótese de prorrogação da vigência que extrapole o exercício financeiro de sua execução.

12.2. Fica dispensa a elaboração de matriz prevista no art. 6º, inciso XXVII da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Em cumprimento ao disposto no art. 103 da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido que os eventos listados no item 12.1, vinculados a possíveis eventos que possam interferir no equilíbrio econômico-financeiro serão assumidos: a) pelo MUNICÍPIO na hipótese de eventos que importem em majoração dos custos da execução do contrato; b) pelo CONSÓRCIO na hipótese de eventos que importem em redução dos custos da execução do contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OUTRAS DISPOSIÇÕES**

13.1. Em conformidade com a Lei nº 11.107/2005 e Lei nº 14.133/2021, não se aplicam ao presente instrumento cláusulas e disposições referentes ao art. 92, incisos XII, XIII, XV e XVI da Lei nº 14.133/2021.

Assinado por: ANTONIO MAYRINK BORDONI, BRUNARITA ALBERGARIA LOPES MARCELO, WAGNER MULL GUIMARÃES e SECRETARIA DE SAÚDE DE PIEDADE DE PONTE NOVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamapi.1.doc.com.br/verificacao/C7F1-547E-2025-12CF> e informe o código C7F1-547E-2025-12CF







**Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova**  
**CNPJ=18.316.257/0001-12**  
**Praça Dr José Pinto Vieira, 36 Centro**  
**Piedade de Ponte Nova, CEP=35382-000**  
**e-mail.:licitacao@piedadedepontenova.mg.gov.br**



13.2 A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com as disposições do Decreto-lei n° 4.657/1942.

13.3. Fica estabelecido a faculdade de resolução de controvérsia que venha ocorrer na execução deste contrato na forma prevista pelo art. 151 a 154 da Lei n° 14.133/2021.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

14.1. Nos termos do art. 92, §1° da Lei n° 14.133/2021 c/c o art. da Lei n° 11.107/2005 fica estabelecido foro no Município Ponte Nova correspondente a sede do CONSÓRCIO para a finalidade de dirimir qualquer questão contratual.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

15.1 Casos omissos e excepcionais serão apreciados e decididos, adotando as disposições do Decreto-lei n° 4.657/1942.

15.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula terceira e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

15.3 O presente instrumento, em conformidade com o disposto no art. 10, §1° da MP 2.200-2/2001 c/c o art. 4°, caput, inciso III da Lei n° 14.063/2020, é formalizado em meio digital por assinatura eletrônica qualificada dos representantes legais dos Entes Públicos qualificados no preâmbulo, acompanhado das testemunhas ao final qualificadas.

Piedade de Ponte Nova, 30 de janeiro de 2024.

\_\_\_\_\_  
**ANTÔNIO MAYRINK BORDONI**  
PREFEITO MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

\_\_\_\_\_  
**WAGNER MÓL GUIMARÃES**  
PRESIDENTE DO CISAMAPI

\_\_\_\_\_  
**TESTEMUNHA**  
BRUNA RITA ALBERGARIA LOPES MARCELO

\_\_\_\_\_  
**TESTEMUNHA**  
LEILA MARTINS DA VEIGA





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C7F1-547E-2025-12CF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ANTONIO MAYRINK BORDONI (CPF 251.XXX.XXX-87) em 31/01/2024 17:13:18 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ BRUNA RITA ALBERGARIA LOPES MARCELO (CPF 013.XXX.XXX-70) em 01/02/2024 09:18:51 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ WAGNER MOL GUIMARÃES (CPF 715.XXX.XXX-04) em 01/02/2024 10:11:01 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ SECRETARIA DE SAÚDE DE PIEDADE DE PONTE NOVA (CNPJ 183.XXX.XXX-00112) em 06/02/2024 06:50:58 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/C7F1-547E-2025-12CF>